

CONVERGÊNCIA POLÍTICA PARA A CONSTRUÇÃO DA AUTOGESTÃO GLOBAL

POLITICAL CONVERGENCE FOR ASSEMBLE OF GLOBAL SELF-MANAGEMENT

Édi Augusto BENINI¹

Elcio Gustavo BENINI²

Gabriel Gualhanone NEMIROVSKY³

RESUMO: Tendo como horizonte a proposta de autogestão global é que articulamos o presente trabalho no intuito de discutir suas possibilidades concretas, bem como principais elementos constitutivos ou ontológicos, à luz da teoria da alienação e da teoria crítica das organizações. Nesta perspectiva, a questão da autogestão é situada e discutida como necessidade histórica, tanto como afirmação de um projeto de emancipação, como negação de uma realidade de alienação. Ao se considerar as experiências concretas de autogestão do trabalho associado, vemos que elas se situam mais como resistência e adaptação ao intercâmbio social do capital, do que numa processualidade dialética (negação e afirmação) de superação da alienação heterogestionária capitalista. De fato, as evidências empíricas apontam uma insuficiência ontológica de ampliação do escopo e abrangência da autogestão para uma perspectiva global. Partindo do mesmo olhar dialético, defendemos que uma possibilidade de superação de tal insuficiência reside na integração material e econômica das atuais tentativas de autogestão, por meio de uma convergência política consistente o suficiente, para se criar uma nova estrutura de intercâmbio social que venha tanto a anular como a reverter às mediações alienadoras do capital.

PALAVRAS-CHAVE: alienação; trabalho associado; autogestão.

INTRODUÇÃO

Talvez uma das principais características da classe trabalhadora (ANTUNES, 2006) e, de forma mais específica, da fração da classe trabalhadora organizada enquanto **trabalho produtivo associado**, no atual momento histórico, seja sua fragmentação política (BENINI; BENINI, 2010; NOVAES, 2011) que, dentro das problemáticas aqui apontadas, apresenta-se como elemento bloqueador do desenvolvimento de uma efetiva autogestão global. Contudo, considerando que qualquer luta política não se sustenta sem uma correspondente base material, talvez também fosse importante considerar que tal característica/fragmentação não reside apenas no plano político, mas também no econômico, numa relação intrínseca e dialética de determinação mútua. Portanto, é com a perspectiva de negação de tal realidade apreendida, por meio da construção concomitante de uma convergência política e uma forma orgânica de intercâmbio social (base material), que desenvolvemos este ensaio teórico.

¹ Professor Assistente da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Palmas, Palmas, Tocantins, Brasil. E-mail: edibenini@gmail.com

² Professor Adjunto da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: elciobenini@yahoo.com.br

³ Professor Substituto da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: gabrielgnemi@gmail.com

Se for verdade que o concreto deve ser compreendido como uma síntese de múltiplas e complexas determinações (MARX, 2011), é a partir do momento real e das abstrações teóricas realizadas, abstrações estas nem sempre convergentes (ARRUDA, 2001, DAL RI; VIEITEZ, 1999, GAIGER, 2003, SINGER, 2002, FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, MORAES, 2010, BENINI; BENINI, 2010, 2012, NOVAES, 2011), que procuramos situar o movimento do trabalho produtivo associado e suas implicações para a proposta de autogestão societal ou global⁴.

Em breve síntese, o movimento do trabalho produtivo associado pode ser entendido como sendo composto pelas tentativas variadas⁵ de formação de organizações econômicas realizadas por trabalhadores, constituídas principalmente em cooperativas e associações, simultaneamente como reação frente à situação de generalização de desemprego ou precariedade que vive considerável parcela da classe trabalhadora, mas também promovendo um possível processo ontológico de negação da divisão hierárquica de trabalho, por meio de experiências organizativas de autogestão, ainda que restritas à dimensão de organizações isoladas. Em outras palavras, trata-se do conjunto de organizações nas quais a relação antagônica entre proprietários e não proprietários é, ainda que de forma pontual e imediata, suprimida. Ressaltamos que o conjunto dessas tentativas vem sendo referenciadas, pelo menos a partir da década de 1980, pelo movimento da chamada economia da solidariedade, ou economia solidária (RAZETO MIGLIARO, 1985, SINGER, 2002).

A problemática que analisamos neste ensaio, inserida no escopo do trabalho associado e das tentativas ou experiências de autogestão, diz respeito às seguintes indagações: quais são os elementos fundantes e determinantes das organizações da economia solidária e, de forma mais específica, quais os elementos estruturais-chaves necessários para que a perspectiva da autogestão supere sua fragmentação e isolamento local para uma convergência política, densa o suficiente para compor um horizonte de integração orgânica do trabalho associado e, assim, viabilizar a constituição progressiva de uma autogestão de caráter marco-social ou global, tanto do ponto de vista de controle sobre cada vez mais aspectos da reprodução social, como também do ponto de vista de abrangência territorial.

Conforme o leitor atento pôde perceber, temos em verdade dois objetivos a serem aqui desenvolvidos: uma explicação sobre a realidade das tentativas e limites de trabalho associado inseridos no sistema sociometabólico do capital, ou seja, uma perspectiva claramente descritiva e crítica; e, na sequência, tendo como referência esta problematização

⁴ Entendemos, para efeitos deste texto, que ambas as perspectivas de autogestão apesar de não se diferenciarem em gênero, tem uma importante diferença em grau.

⁵ Utilizamos o termo *tentativas variadas* por entendermos que é mais significativo e coerente com a perspectiva metodológica aqui desenvolvida, uma vez que buscamos abstrair o concreto conforme ele nos aparece e não como fruto da nossa prévia ideia de como deveria ser.

crítica, porém de forma explicativa-prescritiva, uma proposta de adensamento teórico-crítico e prático-consciente que venha a convergir, ou a potencializar a autogestão, em uma processualidade de integração orgânica do trabalho associado, ou simplesmente, na constituição de um sistema sociometabólico orgânico do trabalho (BENINI; 2012; BENINI; NEMIROVSKY; BENINI, 2012),

A exposição que se segue, enquanto procedimento formal e decorrente das reflexões e pesquisas empíricas (BENINI, 2004; BENINI; 2008), documentais e bibliográficas já realizadas (BENINI; BENINI, 2008; BENINI; BENINI 2010), apresenta-se dividida, ainda que de forma indireta, em duas partes. Em um primeiro momento, partindo principalmente da indução histórica, discutimos as mediações do sistema sociometabólico do capital, uma vez que acreditamos que é infrutífero analisar o movimento do trabalho produtivo associado sem considerar tal totalidade e a especificidade de tal movimento e suas tentativas de autogestão, ou de forma ampla, da chamada economia solidária. Após a revisão crítica, utilizando principalmente o recurso lógico-dedutivo, partimos para as possibilidades de conversão das experiências existentes de trabalho associado por meio da negação das mediações do capital (que em suma podem ser agrupadas em propriedade privada, intercâmbio mercantil e divisão hierárquica do trabalho) e criação de novas mediações, ou da intervenção consciente e redirecionamento de ações já existentes.

A ESTRUTURA DO SISTEMA SOCIOMETABÓLICO DO CAPITAL

Para que a realidade em sua totalidade seja apreendida adequadamente, é necessário fazer algumas incursões históricas e, principalmente, estabelecer algumas categorias que expressem determinadas relações sociais produtivas que sirvam de instrumentos teóricos no esclarecimento do concreto. É com este horizonte metodológico que exploramos nesta seção duas formas distintas de mediações entre o homem e a natureza.

Conforme coloca Mészáros (2002; 2006), existem alguns processos intransponíveis relativos à espécie humana, que se referem à reprodução e preservação da própria espécie. Mészáros (2007, p. 40) chama esses processos de mediações de primeira ordem:

- 1) a regulação necessária, mais ou menos espontânea, da atividade reprodutiva *biológica* e a dimensão da população sustentável, em conjunção com os recursos disponíveis; 2) a regulação do *processo de trabalho* através do qual o intercâmbio necessário da comunidade com a natureza pode produzir os bens demandados para a satisfação humana, bem como os instrumentos de trabalho, empreendimentos produtivos e conhecimento por meio dos quais o próprio processo reprodutivo pode ser mantido e aprimorado; 3) o estabelecimento de *relações de troca adequadas* sob as quais as necessidades historicamente mutáveis dos seres humanos podem ser conjugadas com o propósito de otimizar os recursos naturais e produtivos – inclusive os culturalmente produtivos – disponíveis; 4) a organização, a *coordenação* e o controle da *multiplicidade de atividades* através das quais as atividades materiais e culturais do processo de reprodução sociometabólica bem-sucedido das comunidades humanas progressivamente mais complexas podem se assegurar e

salvaguardar; 5) a *alocação racional* dos recursos materiais e humanos disponíveis, lutando contra a *tiranía da escassez* através da *utilização* econômica (no sentido de *economizar*) dos modos e meios dados de reprodução da sociedade; 6) a *promulgação* e administração de *regras e regulamentos* da sociedade dada *como um todo*, em conjunção com as outras determinações e funções mediadoras primárias.

O peculiar neste conjunto de processos interativos é que o homem, historicamente, em seu processo vital de reprodução individual e social, ao estabelecer o seu constante intercâmbio com a natureza, realiza por meio do trabalho, não só a modificação de sua natureza externa, mas da sua própria natureza. Conforme apontou Marx (2006, p. 211):

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais do seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.

Por sua vez, o trabalho, mediação ontológica singularmente humana, “[...] independente de qualquer estrutura social determinada” (MARX, 2006, p. 211), representa não somente a atividade central que põe em movimento a roda da história, mas enquanto atividade teleologicamente orientada, ou seja, não instintiva, determina e constitui a própria condição humana. É por meio deste processo que o trabalho é entendido como a “[...] automediação ‘*ontologicamente*’ fundamental entre o homem e a natureza” (MÉSZÁROS, 2006, p. 78), entendido então como a principal mediação de primeira ordem.

Mas, no decorrer da história, dado as circunstâncias e necessidade criadas no bojo das lutas de classes, uma série de mediações – mediações de segunda ordem – entre a atividade laborativa fundamental do homem e a natureza foram constituídas e cristalizadas, chegando ao ponto de serem naturalizadas. Entre elas, de acordo com Mézáros⁶ (2006), destacam-se três: a propriedade privada; o intercâmbio mercantil; e a divisão do trabalho.

A propriedade privada - enquanto realidade concreta inerente ao modo de produção capitalista⁷ - é de vital importância para a reprodução do sistema. Uma vez que proporciona e representa a apropriação e institucionalização privada dos meios de produção, fator condicionador e estruturante das relações sociais produtivas. Talvez uma

⁶ Para uma melhor compreensão das mediações de segunda ordem, ver capítulo 4 da obra *Para além do capital*, capítulo 2 da obra *A teoria da alienação em Marx e*, o capítulo 1 da obra *O desafio e o fardo do tempo histórico*, todas de autoria de Mézáros (2002, 2006, 2007).

⁷ Não obstante a propriedade privada seja uma das mediações fundamentais na constituição das classes sociais, as formações sociais pré-capitalistas e pós-capitalistas demonstraram que a divisão hierárquica de comando não está limitada ao processo de institucionalização da propriedade privada.

das defesas mais clássicas da propriedade privada tenha sido dada por John Locke (1994, p. 98):

Ainda que a terra e todas as criaturas inferiores pertençam em comum a todos os homens, cada um guarda a propriedade de sua própria pessoa; sobre esta ninguém tem qualquer direito, exceto ela. Podemos dizer que o trabalho de seu corpo e a obra produzida por suas mãos são propriedade sua. Sempre que ele tira um objeto do Estado em que a natureza o colocou e deixou, mistura nisso o seu trabalho e a isso acrescenta algo que lhe pertence, por isso o tornando sua propriedade. Ao remover este objeto do Estado comum em que a natureza o colocou, através do seu trabalho adiciona-lhe algo que excluiu o direito comum dos outros homens. Sendo este trabalho uma propriedade inquestionável do trabalhador, nenhum homem, exceto ele, pode ter o direito ao que o trabalho lhe acrescentou, pelo menos quando o que resta é suficiente aos outros, em quantidade e em qualidade.

Não é difícil perceber que Locke identifica o trabalho, em verdade a força de trabalho, como a verdadeira e inata propriedade do homem. Mas, o que se encontra oculto neste verniz é que a separação entre as condições objetivas de existência e a privação⁸ destas, para aqueles que vivem do trabalho, configura uma complexa relação social de dominação político-econômica, resultando em um antagonismo social estruturado em bases objetivas e subjetivas. Contudo, é importante deixar claro que para Locke (1994), os trabalhadores não estão destituídos de propriedade, mas são, em essência, os detentores da propriedade fundante de todas as outras. Vejamos agora a questão do intercâmbio, mais especificamente do intercâmbio mercantil capitalista.

Com o divórcio das suas condições materiais de existência, ou ainda, com a cristalização da propriedade privada, o intercâmbio de caráter mercantil entre os homens torna-se fundamental. É importante notar que o processo de constituição da propriedade privada ocorre *pari passu* com a liberdade do trabalhador, que se torna livre duplamente, pois não mais está associado aos meios de produção e, na mesma medida, encontra-se expropriados destes. Entretanto, para o trabalhador alienado tal liberdade se consubstancia como subordinação, pois significa a *opção* de vender a única mercadoria que possui, ou sua propriedade inata, como colocaria Locke (1994), que é sua força de trabalho, para que assim, por meio do equivalente geral adquirido, possa conseguir sustento para sobreviver.

Embora o tipo de intercâmbio concretizado seja um fato histórico e não natural, para Adam Smith (1988, p. 24), um dos maiores expoentes do pensamento liberal, ele existe de acordo com:

[...] uma tendência ou propensão existente na natureza humana [...]: a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra. [...], essa propensão encontra-se em todos os homens, não se encontrando em nenhuma outra raça de animais, que não parecem conhecer nem essa nem qualquer outra espécie de contratos.

⁸ Para ver este processo de separação entre as condições objetivas do trabalho e o trabalhador, consultar o capítulo XXV, A chamada acumulação primitiva, do livro O capital (MARX, 2006).

Aqui se encontra um bom exemplo e subterfúgio clássico clareado pelas luzes e espírito iluministas. Adam Smith não hesita em defender seu pressuposto ontológico do *homo economicus* e racionalmente orientado de acordo com o autointeresse. Afinal “[...] não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse” (SMITH, 1988, p. 25).

Vale ressaltar que tais pressupostos ao mesmo tempo em que naturalizam aquilo que é histórico, mistificam o desenvolvimento social por meio de uma sinergia benéfica engendrada por relações individuais mediatizadas por instituições quase que fantásticas. Cabe aqui uma das suas mais famosas citações sobre a sinergia social engendrada pela ação egoísta e racionalmente orientada:

Geralmente, na realidade, ele não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo. Ao preferir fomentar a atividade do país e não de outros países ele tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. Aliás, nem sempre é pior para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo. Nunca ouvi dizer que tenham realizado grandes coisas para o país aqueles que simulam exercer o comércio visando ao bem público. Efetivamente, é um artifício não muito comum entre os comerciantes, e não são necessárias muitas palavras para dissuadi-los disso (SMITH, 1988, p. 63-64).

A pedra angular do construto smithiano, a saber, a propensão à troca, é de tamanha importância em sua abstração que pode ser entendida como o princípio gerador de toda riqueza e produção material. É que para Smith (1988), é a divisão do trabalho que gera a grande multiplicação das produções dos diversos ofícios, logo, da produção da riqueza, e tal divisão do trabalho se origina a partir do princípio do intercâmbio mercantil, conforme já esboçado.

Nesta lógica ou cadeia de causa e efeito, em que a troca leva à divisão do trabalho, a divisão do trabalho à produção individual de riqueza e esta ao interesse da sociedade, o indivíduo só pode ser entendido agindo a partir dos reflexos produzidos por leis naturais e universais, enfim, como um ser passivo em meio à anarquia produtiva, no qual apenas entidades extraterrenas são determinantes, a saber, o *deus* mercado e a *deusa* concorrência.

Não obstante as duas citadas mediações de segunda ordem sejam de suma importância para a reprodução do sistema sociometabólico do capital, de acordo com Mézáros (2002, 2006, 2007), é a divisão do trabalho a dimensão estruturante de todo o complexo. Importante salientar que não se trata de qualquer divisão do trabalho, mas da divisão hierárquica do trabalho, da divisão vertical e por isto estruturante de uma

complexa relação de poder e dominação de classe que, em última instância, independe de qualquer forma de mediação enquanto fator determinante social.

De fato, pensar qualquer sociedade sem uma divisão do trabalho, seja em termos históricos ou utópicos, seria procurar/encontrar essências concebidas pela ideia sendo geradora do concreto, ou seja, seria puro idealismo. Mas é importante ter claro que muito diferente da atual divisão do trabalho, da divisão do trabalho na manufatura e/ou na indústria, enfim, da divisão do trabalho engendrada pelo capitalismo, é a divisão social do trabalho. Esta existiu desde que o homem se produz como ser social, “é característica de todas as sociedades conhecidas”, é a divisão da sociedade em “[...] ocupações, cada qual apropriada a certo ramo de produção” (BRAVERMAN, 1987, p. 72). Conforme esclareceu Marx (2006, p. 409-410)

Apesar das numerosas analogias das conexões entre a divisão do trabalho na sociedade e a divisão do trabalho na manufatura, há entre elas uma diferença não só de grau, mas de substância. A analogia mais se evidencia incontestável quando uma conexão íntima entrelaça diversos ramos de atividade. O criador de gado, por exemplo, produz peles; o curtidor transforma as peles em couro; o sapateiro, o couro em sapatos. Cada produto é uma etapa para o artigo final que é o produto de todos os trabalhadores. [...] Mas que é que estabelece a conexão entre os trabalhadores independentes do criador, o curtidor e do sapateiro? O fato de os respectivos produtos serem mercadorias. E que é que caracteriza a divisão manufatureira do trabalho? Não produzir o trabalhador parcial nenhuma mercadoria. Só o produto coletivo dos trabalhadores parciais transforma-se em mercadorias.

Do ponto de vista da criação de valor de uso, com a divisão manufatureira do trabalho, o resultado do trabalho só pode ser pensado a partir do trabalho coletivo. Neste ponto, não é difícil compreender a contradição engendrada: que o avanço da força produtiva do capital opera à custa do trabalho individual. Em termos ontológicos, tal processo de fragmentação do trabalho necessariamente acaba por dividir as funções de planejamento das funções de execução, resultando naquilo que Marx (2006) apontou como alienação e estranhamento. Contudo, é importante ressaltar que a alienação e o estranhamento do trabalho não ocorrem apenas por meio da divisão do trabalho – não obstante seu caráter *trans*-capitalista e por isto de maior relevância –, uma vez que o divórcio entre o produto do trabalho e o trabalhador, dado a propriedade privada dos meios de produção e a mercantilização do trabalho, é a origem do processo de alienação capitalista (MÉSZÁROS, 2006).

Sendo assim, a primeira das dimensões ou facetas da alienação capitalista diz respeito à relação entre o trabalhador e o objeto/fruto de sua atividade produtiva, o produto de seu trabalho. Nesse sentido, na produção capitalista a objetivação do trabalho:

[...] tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado dos objetos mais necessários não somente à vida, mas também dos objetos do trabalho. Sim, o trabalho mesmo se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com os maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções. A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento

que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital (MARX, 2004, p. 80-81).

Dessa forma, o trabalhador ao se relacionar com o produto de seu trabalho, este lhe aparece como “um objeto estranho”, “uma existência externa”, que se defronta com uma “potência autônoma diante dele” (MARX, 2004, p. 80-81). Não obstante, o estranhamento não se dá apenas na relação entre o sujeito-objeto, no resultado da atividade produtiva, mas também, conforme já esboçado “[...] principalmente, no ato da produção, dentro da própria atividade produtiva” (MARX, 2004, p. 82).

Nessa perspectiva de alienação do trabalho, a relação do trabalhador no interior do processo, na sua relação com sua própria atividade, torna-se uma atividade da qual ele mesmo desconhece o propósito ou objetivo, ou cuja participação não lhe diz respeito como sujeito intencional. É uma atividade “[...] alheia que não lhe oferece satisfação por si e em si mesma, mas apenas pelo ato de vendê-la a outra pessoa” (MÉZÁROS, 2006, p. 20), uma vez que vender (alienar) a sua força de trabalho é condição imposta para a sua sobrevivência imediata.

Assim, não é a atividade em si que proporciona satisfação, mas uma “[...] propriedade abstrata dela: a possibilidade de vendê-la em certas condições” (MÉZÁROS, 2006, p. 20). O trabalho se torna apenas um meio de existência, para satisfazer carências fora dele. Conforme pontuou Marx (2004, p.83):

O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si (quando) fora do trabalho e fora de si (quando) no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. [...] O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. Finalmente, a externalidade aparece para o trabalhador como se (o trabalho) não o pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo.

Conhecida as duas primeiras dimensões ou facetas da alienação, que Marx (2004) chamou de “estranhamento da coisa” e a segunda de “auto-estranhamento”, logo, a relação entre trabalhador e o resultado do trabalho e sua relação no processo de trabalho, pode-se então entender as outras duas, que são consequências das duas primeiras já citadas, quais sejam: a alienação de seu ser como membro de sua espécie – de seu ser “genérico” e; a alienação do homem em relação aos outros homens – em sua sociabilidade.

A terceira dimensão da alienação do ser humano, por meio do trabalho estranhado, faz “[...] do *ser genérico do homem*, tanto da natureza quanto da faculdade espiritual dele, um ser estranho a ele, um meio de sua *existência individual*” (MARX, 2004, p. 84). Em outras palavras, quando a atividade livre do homem é reduzida a apenas um meio, “[...]”

ela faz da vida genérica do homem um meio de sua existência física” (MARX, 2004, p. 84). Nas palavras de Mészáros (2006, p. 20):

O terceiro aspecto - a alienação do homem com relação ao seu genérico - está relacionado com a concepção segundo a qual o objeto do trabalho é a objetivação da vida da espécie humana, pois o homem se duplica não apenas na consciência, intelectual (mente), mas operativa, efetiva (mente), contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele.

Com efeito, ao colocar o indivíduo em primeira instância em relação à humanidade, de forma imediata, a própria consciência de sujeito histórico é perdida e a capacidade de fazer história é negada, uma vez que a contradição entre indivíduo e humanidade acaba levando à aparente ideia de que a história já está construída e, desta forma, é limitada aos indivíduos. Isso:

[...] traz a dissecação e a completa eliminação cética do sujeito histórico, com consequências devastadoras para as teorias que podem ser construídas no interior desses horizontes. Pois, uma vez que o sujeito histórico é lançado ao mar, não apenas a possibilidade de fazer, mas também de entender a história deve sofrer o mesmo destino [...]. (MÉSZÁROS, 2007, p. 47).

Enquanto Marx (2004) levou em consideração a relação do “homem com a humanidade em geral” (MÉSZÁROS, 2006, p. 2)⁹ para formular a terceira característica da alienação, no quarto aspecto, da relação do homem com os outros homens, seu foco de análise foi a relação do homem com os outros homens. Assim:

Uma consequência imediata disto, de o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico é o estranhamento do homem pelo (próprio) homem. Quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele o outro homem. O que é produto da relação do homem com seu trabalho, produto do seu trabalho e consigo mesmo, vale em relação do homem com outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem (MARX, 2004, p. 85-86).

Tal processo também foi descrito por Dejours (1999) como a banalização da injustiça social que, grosso modo, explica o mecanismo no qual o homem, alienado no seu trabalho, sublima tal sofrimento, e uma vez que neutraliza o seu próprio sofrimento, isso vai implicar na neutralidade de perceber o sofrimento do outro, nessa relação de sociabilidade homem-homem. Trata-se de um sofrimento invisível, causado pelas múltiplas formas de alienação e camuflado por mecanismos de defesa da psique humana, evitando a loucura.

⁹ “Isto é, a alienação da ‘condição humana’ no curso de seu rebaixamento por meio de processos capitalistas” (MÉSZÁROS, 2006, p. 2).

AS EXPERIÊNCIAS DE AUTOGESTÃO: DA FRAGMENTAÇÃO SUBORDINADA PARA A ORGANICIDADE EMANCIPADA

Conforme exposto, ainda que o processo de alienação possa ter uma origem remota, nas formas rudimentares ou incipientes de divisão do trabalho, sua consolidação vai se efetivar no modo de produção capitalista propriamente dito, que nada mais é que uma determinada formação social resultante do arranjo e acúmulo das três principais mediações de segunda ordem do sistema sociometabólico do capital, de tal forma que uma acaba reforçando a outra.

Entretanto, na medida em que esse modo de produção guarda em si uma contradição elementar, qual seja, o caráter social da produção e a apropriação privada dos seus produtos (MARX, 2006), também a sua constituição não implica em um enquadramento pacífico e resignado dos trabalhadores. Ao contrário disso, mesmo consolidado em fortes instituições, como o Estado liberal ou a própria propriedade privada, não é sem conflitos que fluem os processos de acumulação privada capitalista.

Dentre esse universo de reações, com destaque às várias lutas operárias, tais como, organização sindical, organização partidária, greves, manifestações, revoluções, implantes regulatórios ou de direitos sociais, tem-se também tentativas e experiências históricas, denominadas por Guillerm e Bourdet (1976) de autogestão, que ultrapassam a gestão micro-organizacional realizada pelos trabalhadores. Conforme explicam a seguir:

[...] a autogestão é uma transformação radical, não somente econômica, mas política, levando-se em conta que ela destrói a noção comum de política (como gestão reservada a uma casta de políticos) para criar um outro sentido à palavra política: a saber, a manipulação, sem intermediários e em todos os níveis, de todos os 'seus negócios' por todos os homens (GUILLERM; BOURDET, 1976, p. 30-31).

De fato, a partir de análises anteriores¹⁰ constatam-se que as experiências dos trabalhadores para a construção da prática de autogestão se traduziram, primeiro, em lutas para a constituição de movimentos para a organização da classe trabalhadora em prol de cooperativas – de consumo, produção e comercialização – e de comunidades alternativas, como os falanstérios¹¹. Conforme coloca Cole (1944), essas experiências se deram durante os chamados “famintos anos 40”, em alusão a década de 1840, na qual a Europa testemunhou a ampla formação de movimentos de contestação de caráter reformista – que denunciavam as condições de miséria dos trabalhadores e a falta de representatividade popular na política –, dos quais se destaca o movimento cartista.

¹⁰ Ver Benini e Benini (2010) e Benini (2008).

¹¹ Os falanstérios foram idealizados originalmente por Charles Fourier, considerado um socialista utópico. Há registros da criação de vários deles, porém, somente 3 deles sobreviveram por mais de 2 anos. (COLE, 1944).

O horizonte de transformações sociais vislumbradas pelo espectro cooperativista europeu, que tinha o socialista Robert Owen como principal representante, alcançou sua maior força no campo material a partir da organização dos Pioneiros de Rochdale que, sob a liderança de Charles Howarth em 1844, defendiam, de acordo com Cole (1944), o seguinte conjunto de princípios: 1) controle democrático em que cada integrante da associação contribuiria com um voto, independentemente de sua contribuição ao capital investido na associação; 2) não haveria barreiras à entrada de novos membros, de modo que novos integrantes pudessem usufruir dos mesmos termos e benefícios que os membros originais; 3) limite fixo ou limitado de juros a que se poderia sujeitar o capital subscrito pela associação; 4) Distribuição igualitária do excedente operacional da associação, após pagamento de juros e encargos coletivos, na forma de dividendos aos membros na razão de seus investimentos para a associação; 5) As transações da associação deveriam ser realizadas apenas por meio de moeda em espécie, sem uso de crédito; 6) Venda somente de produtos puros e não adulterados; 7) Promover a educação dos membros quanto aos princípios cooperativistas defendidos pela associação; e 8) Neutralidade política e religiosa. Esses princípios foram consagrados historicamente como os princípios cooperativistas universais.

Não obstante a ampliação das reivindicações cooperativistas em solo europeu, no entanto, o movimento cooperativista testemunhou sua sistemática asfixia pelos subsequentes entraves que a sociedade capitalista lhe imputou a partir da metade do século XIX, durante todo o século XX e agora no século XXI. Em síntese, esses entraves podem ser resumidos como: 1) a sistemática burocratização das cooperativas, criando regras e institutos que dificultam sua formação e limitam seu funcionamento; 2) o crescente funcionalismo e complementaridade das cooperativas em relação às empresas capitalistas convencionais; 3) a fragmentação da atuação econômica das cooperativas que restringe seu escopo de atuação e limita sua capacidade de competir com empresas capitalistas distribuídas por vários territórios e; 4) a subcontratação e terceirização de serviços a “falsas” cooperativas que servem ao mero propósito de realizar as manobras de evasão tributária (ou mesmo de precarização do trabalho) por parte de empresas capitalistas convencionais (COLE, 1944; RIOS, 1989; BENINI; BENINI, 2010)

É preciso mencionar também o próprio desgaste da plataforma democrática interna às cooperativas que resulta na descaracterização dessas organizações. Esses entraves citados contribuíram em larga escala para um desenvolvimento desvirtuado das cooperativas em relação aos seus princípios de Rochdale e seu ímpeto original por reformas, promovendo, quando muito, apenas uma sobrevida regulada pelo capital. (SINGER, 2002; NOVAES, 2007)

De fato, apesar da sobrevida do movimento cooperativista, a mesma não se traduziu em processos efetivos de ampliação do escopo e da abrangência da autogestão dos trabalhadores, para uma perspectiva societal/global. Recuperando, de forma

sintética, análise já feita em outro estudo (BENINI; BENINI, 2010), isso se deve pela própria estrutura criada que o cooperativismo implica e reproduz.

Já em âmbito político, segundo Del Roio (2011), a tentativa de se instaurar a autogestão foi erigida pela célebre experiência de 77 dias da Comuna de Paris de 1871 em que a capital francesa foi governada por um comitê central que defendia: a) uma base material em que o trabalho coletivo deveria ser organizado de forma a atender ao objetivo primordial de desenvolvimento do ser humano, em seus aspectos físicos, intelectuais e morais, em que a propriedade não significasse o direito de cada um de apropriar-se individualmente, na proporção de sua contribuição individual à produção social, do produto coletivo do trabalho social e; b) uma superestrutura em que o Estado, enquanto povo governado por si próprio seria controlado por mandatários, revogáveis, cujos mandatos seriam definidos por meio de sufrágio universal direto.

Em virtude de tal projeto político, imediatamente a Comuna começou a substituir a velha máquina do Estado por uma democracia mais completa, pela substituição radical das instituições burocráticas e aparelhadas por instituições de tipo fundamentalmente diferentes. Tratava-se de uma transformação da democracia burguesa para a democracia operária, para a autogestão. Conforme escreve sucintamente Fontana (2007, s.p.):

Precaveu-se a Comuna contra abusos burocráticos e carreirismos de seus próprios funcionários e mandatários, declarando-os demissíveis, a qualquer tempo. Pretendia-se evitar que o poder governamental, como tradicionalmente ocorre, se transformasse de servidor da sociedade em seu senhor. Preencheu todos os cargos administrativos, judiciais e do magistério através de eleições, mediante o sufrágio universal, conferindo aos eleitores o direito de revogar a qualquer momento o mandato concedido.

De acordo com Nascimento (2011, s/p), “[...] a Comuna foi o acontecimento mais importante da luta pela auto-emancipação dos trabalhadores no século XIX”. Para Marx a Comuna tinha em sua essência o fato de ser produto da própria classe trabalhadora, e por ser “[...] a forma política por fim descoberta, pela qual se podia realizar a emancipação econômica do trabalho” (MARX *apud* NASCIMENTO, 2007, s/p). Conforme ressaltam Guillerm e Bourdet (1976, p.106):

Paralelamente a esse autogoverno dos produtores, a Comuna foi, em grande medida, um autogoverno do povo – um ‘Governo bem barato’ (Marx). Ao mesmo tempo em que abolia o patronato e o salariado, ela abolia também o Estado e sociedade civil.

Não obstante a Comuna de Paris contivesse determinações revolucionárias jamais observadas em qualquer levante operário durante todo o século XIX, sua promessa de reestruturação social pelo autogoverno foi rapidamente sufocada pela surpreendente e furtiva associação entre o espectro liberal germânico, liderado por Bismarck, e a burguesia francesa representada pela figura de Napoleão III (FONTANA, 2007).

A falência histórica da Comuna de Paris, no entanto, deveu-se não tanto ao esforço político de auto-organização, mas muito mais à falta de condições materiais capazes de sobrepujar a ofensiva histórica do liberalismo no século XIX. Sobre isso, argumenta Engels (2012) que a maior falha estratégica da Comuna foi o fato de que o regime revolucionário formado em Paris não logrou ameaçar materialmente a burguesia nacional em seus alicerces principais.

No *front* oriental europeu a organização dos trabalhadores de fábricas na Rússia, já no início do século XX, manifestaram suas lutas e reivindicações por meio da formação de conselhos operários denominados *soviets* em que o controle operário da produção era democraticamente estabelecido por operários e seus representantes, tendo em vista (mesmo que de forma singular àquele contexto histórico), a adoção da autogestão dos trabalhadores.

À despeito do sucesso em representar, por um breve momento, o esboço de uma organização proletária numerosa, os *soviets*, segundo Guillerm e Bourdet (1976), desapareceram tão logo houve reação contrária à existência desses “braços políticos” do operariado de Petrogrado. No entanto, ressurgiram em grande número, não só pela Rússia, mas também pela Europa Central, assim que a revolução russa de 1917 se desdobrou, pois os conselhos foram utilizados em larga escala como instrumentos para a tomada do poder político em nome dos bolcheviques.

No entanto, a própria revolução russa de outubro de 1917, sob os auspícios de Lenin e Trotski, marcou o início da crescente burocratização dos conselhos, tendo em vista suprimir o ímpeto autogestionário contido nos mesmos. Explicam Guillerm e Bourdet (1976) que para deter o avanço dos conselhos de autogestão das fábricas, Lenin obrigou aos *soviets* que se fundissem aos sindicatos. O desenvolvimento dessas amarras ao pleno funcionamento dos *soviets* serviu ao propósito explícito de centralização do poder político no Kremlin em detrimento da democracia descentralizada exercida pelos conselhos operários, asfixiando toda a proposta revolucionária de autogestão originalmente pretendida.

Na esteira de todos esses processos e lutas dos trabalhadores pode-se inferir que mesmo que se priorize em um primeiro, e crucial passo, o ato de se questionar a divisão hierárquica do trabalho pela reação/proposta do cooperativismo britânico, da Comuna de Paris, e dos conselhos operários russos, a materialização dessas propostas ocorreu em espaços restritos e fragmentados da reprodução social global, com uma débil articulação entre o campo da política e o campo material, este entendido simultaneamente como recursos econômicos e relações sociais de produção.

Em razão disso, resta claro que a restrição e fragmentação desses movimentos auto-organizativos do trabalho às suas particularidades sócio-históricas e espaciais revelam que a autogestão possui significado e escopo muito mais amplo do que suas tentativas

de materialização lograram alcançar. Outrossim, nessa perspectiva, a implementação de uma alternativa estruturalmente viável ao metabolismo do capital não pode prescindir de uma convergência política para uma nova estrutura de intercâmbio social, ou seja, uma densa articulação entre o campo da política e o campo material da existência humana.

A INTEGRAÇÃO ORGÂNICA DO TRABALHO ASSOCIADO COMO MEIO DE SUPERAÇÃO DAS MEDIAÇÕES DO CAPITAL

Um ponto relevante a ser considerado, na perspectiva da autogestão societal, é que tal projeto, como vimos, é simultaneamente um processo de superação dos mecanismos de alienação dos humanos. Por sua vez, ao se problematizar a alienação, Mészáros destaca que a sua superação somente é possível pelo campo da política, nos seguintes termos:

A questão da transcendência positiva só pode ser colocada em termos políticos na medida em que a sociedade considerada como uma superação real da sociedade criticada ainda está para nascer. É uma característica da política (e, naturalmente, da estética, da ética, etc.) antecipar (e com isso estimular) a evolução social e econômica futura. A política poderia ser definida como a mediação (e, com suas instituições, como um meio dessa mediação) entre o estado presente e o estado futuro da sociedade (MÉSZÁROS, 2006, p. 119).

Dessa forma, como podemos observar na citação, é necessário ponderar que a política não pode ser reduzida apenas à forma partidária centrada na disputa pela direção da sociedade e do Estado, ou ainda, que um projeto político de transformação tenha como único caminho possível a tomada do poder do Estado e uma posterior intervenção burocrática/estatal nas relações sociais de produção.

É demasiado simplista vislumbrar a tomada política do Estado capitalista como único meio necessário para a instauração da ordem hegemônica do trabalho como alternativa à ordem de reprodução social do capital. A tomada política é reversível, como evidencia a dolorosa experiência histórica, e constitui apenas uma parte da tarefa transformadora. O desafio histórico efetivo consiste em ir além do capital no sentido pleno do termo, englobando todas as dimensões do complexo processo emancipatório, incluídas suas dimensões sociais ontológicas que remontam a um passado distante (MÉSZÁROS, 2009, s/p).

Na realidade, trata-se da política precisamente no sentido de articulação coletiva de interesses na perspectiva de intervir conscientemente no curso da história, ou seja, como pondera Mészáros, da construção de uma ponte ontológica (mediação) entre a realidade atual e um projeto futuro de sociedade. Podemos até mesmo argumentar que na ausência deste tipo efetivo de intervenção – política e autoconsciente – a história tende a se mover apenas pela força das estruturas postas¹².

¹² Talvez, devido a este estado das coisas, muitos pensadores a tenha confundido com uma realidade imutável, logo, construindo uma visão estruturalista de mundo segundo a qual pouco ou nada resta por se fazer aos sujeitos ou mesmo a política.

Isso não significa excluir a problemática do Estado, mas se situar em relação ao Estado de forma crítica, não como o único caminho de transformação social, mas sim como uma, dentre outras, variáveis críticas de uma processualidade que permita constituir uma densidade ontológica transformadora, ou seja, força coletiva e projeto político aglutinados de forma tal que venham a criar condições para a modificação nas estruturas fundamentais de organização macrossocial. Trata-se de uma processualidade complexa, que precisa incluir numa mesma equação dialética, não apenas o campo da política e do Estado, mas também questões relacionadas à base material de existência dos seres humanos, o próprio conjunto de mediações de 2ª ordem, em um processo de co-determinação e evolução mútua, no sentido de criação de uma mediação para viabilizar novas mediações de 2ª ordem ou a superação das mediações do capital.

Do mesmo modo que a alienação não é um ato único (seja uma “queda” misteriosa ou um resultado mecânico), seu oposto, a superação da atividade alienada por meio da iniciativa autoconsciente, só pode ser concebido como um processo complexo de interação, que produz mudanças estruturais em todas as partes da totalidade humana (MÉSZÁROS, 2006, p. 107).

Nessa processualidade, que é um complexo de interação, tem-se necessariamente uma primeira mediação como iniciativa autoconsciente e coletiva, logo, como um movimento no campo da política, que venha a produzir mudanças estruturais. Estas, por sua vez, também tendem a reforçar e dotar de lastro material aquele primeiro movimento político, dando-lhe, sucessivamente, uma densidade ontológica cada vez mais consistente, de tal modo que o mesmo (movimento político) possa produzir, cada vez mais, mudanças de caráter estrutural. Tal complexo implicaria, a rigor, na materialização progressiva de novas relações sociais de produção, e o próprio enquadramento do Estado a partir de uma nova base social de existência e poder coletivo. Trata-se de uma perspectiva que, caso estejam corretos os argumentos aqui articulados, tem condições efetivas de superar a alienação do trabalho, a alienação do capital sobre os humanos, uma vez que implica em movimentos sucessivos e integrados simultaneamente no campo da política e no campo material da existência social.

Tendo em vista a exposição feita na seção anterior, podemos considerar a perspectiva em pauta como uma proposta de transformação que diverge, ainda que de forma mais estrutural do que ideológica, do cooperativismo. Este parte de uma decisão política pontual (ou não processual) que cria e desenha uma determinada estrutura organizacional de tal modo que, no momento seguinte, acaba por prescindir da própria política, pois libera o processo de forma que apenas bastaria, por parte de outras iniciativas, replicar o modelo original e multiplicar a sua quantidade, sem numa intervenção estrutural, logo, restrita ao campo dos recursos econômicos e organizacionais. Porém, numa proposta de autogestão global é imperativo um processo político contínuo de constituição simultânea de bases materiais e uma nova estrutura de intercâmbio

social, que venham a superar as mediações de 2ª ordem do capital (fonte da alienação), por meio de uma convergência política processual, ou seja, uma mediação para criação e consolidação de novas mediações.

Não obstante, à luz da principal lacuna na experiência da Comuna de Paris – a falta de recursos econômicos – é importante também ponderar a respeito da base material que uma nova estrutura de intercâmbio social requer. Dessa forma, uma proposta que venha a desbloquear e sustentar o projeto de autogestão global, não pode existir apenas como preceitos abstratos, ela precisaria, no mínimo, ter uma base material (recursos econômicos e meios de produção) inicial mínima de existência.

Já do ponto de vista de um processo político de convergência, este ganha ainda maior complexidade. Além das questões ou problemáticas ponderadas aqui a respeito do cooperativismo britânico, da Comuna de Paris, e também considerando a experiência histórica dos *soviets* russos, é que reforçamos o argumento da necessidade de co-determinação entre o campo material e o campo político. Pode-se afirmar que um processo político de convergência para um projeto de autogestão global teria duas dimensões cruciais: a mediação entre o presente e o futuro, como já assinalou Mészáros, como também a mediação entre os trabalhadores ainda na sua condição subalterna assalariada ou precarizada, e o nascente corpo de trabalhadores livremente associados.

A primeira mediação significa a construção, a partir das condições existentes, da viabilidade de um primeiro implante estrutural necessário, que resumidamente se refere tanto aos próprios produtores associados (formação, aglutinação), como também à disponibilidade de um patamar mínimo de meios de produção, mas que não se esgote nesse ponto, pois ainda que seja criada uma primeira configuração de autogestão societal, há um processo ontológico para se avançar efetivamente para uma autogestão global.

Explicando melhor, se um primeiro movimento da política pode instituir um ponto de reversão, materializando assim um espaço concreto de autogestão societal, ou seja, o controle por parte dos trabalhadores de um conjunto mínimo de dimensões da reprodução social, somente haveria autogestão na plenitude do seu conceito, ou seja, numa realidade efetiva de autodeterminação dos humanos, quando estes passarem a ter pleno controle sobre todos os aspectos da produção da sua existência, logo, numa realidade de autogestão global, tanto no sentido de abrangência de todas as dimensões da produção e reprodução social, como no sentido de hegemonia territorial.

Isto implica no movimento de ampliação de uma primeira forma de autogestão – societal – para um horizonte de autogestão global, uma transição contínua entre os trabalhadores ainda assalariados e os trabalhadores já associados, e um processo contínuo na aquisição de meios de produção. Ou seja, a mediação política de um bloco histórico hegemônico para um bloco histórico em construção.

Talvez aqui resida o principal ponto de inflexão com as propostas de autogestão dentro do contexto atual do cooperativismo e da economia solidária. Pois se é possível experimentos pontuais de autogestão, seja numa fábrica ou até numa comunidade, estas experiências restritas a apenas inovações organizacionais, mas sem outras mediações ontológicas, ou ainda, sistêmicas do ponto de vista da totalidade social, acabam por ser como satélites soltos que inerentemente são enquadrados pelas forças centrípetas do sistema social dominante, pelo sistema orgânico do capital (MÉSZÁROS, 2002).

Por esse motivo, a questão política de articular tanto o presente com o futuro, como também de articular partes com a totalidade social (conforme vimos nos trechos acima de Mézáros), diz respeito simultaneamente a *instituir, sustentar e ampliar* um conjunto de mediações que tenham também o efeito de um sistema orgânico; um sistema que sustente um processo de ampliação do escopo e da abrangência da autogestão, partindo de um ou vários pontos de ruptura inicial para um horizonte mais global e que, *pari-passu*, produza cada vez mais meios de autonomia em relação aos imperativos do intercâmbio mercantil e da propriedade privada. É justamente esse conjunto de mediações de 2ª ordem para a autogestão, que inclui o próprio campo da política, é que chamamos de sistema orgânico do trabalho (SOT) (BENINI, 2012).

Em virtude de tais co-determinações, se o campo da política é a condição para um primeiro implante estrutural de um SOT, esse mesmo processo político permanece intrinsecamente vinculado ao possível desenvolvimento de um SOT, tanto do ponto de vista da expressão articulada dos interesses e demandas dos trabalhadores produtores associados do SOT nascente e em construção, e seu contraponto em relação ao Estado, como na própria articulação, necessária e contínua, de novos associados e novos meios de produção, e não menos importante, no apoio externo e contínuo dos demais trabalhadores e movimentos emancipatórios, organizados em torno de viabilizar o projeto de autogestão global.

Isso porque se o liberalismo permite, de certa forma, a simples criação de novos arranjos organizacionais ou até institucionais – como foi o caso do cooperativismo, claro que não sem conflitos e regressões –, por outro lado, essa mesma forma de sociabilidade liberal e capitalista acaba também por bloquear a disponibilidade de base material para outros projetos de organização social, dada a situação estrutural na qual os trabalhadores estão, ou seja, como trabalhadores assalariados despossuídos dos meios de produção.

Para compreender isso, talvez seja útil, recuperar o sentido histórico da acumulação primitiva (MARX, 2006). Em linhas gerais, a partir de uma situação de antagonismos ou divisão social já profundamente enraizada, vários tipos de processos de apropriação foram se materializando, desde a apropriação política das grandes civilizações, até a apropriação mercantil dos chamados burgueses.

Esta forma de apropriação, pelo intercâmbio mercantil, somada com formas violentas de expropriação de terras e riquezas alheias, dotou de força patrimonial um grupo ou classe de pessoas, que a partir da pujança da sua propriedade privada de meios de produção, veio a subordinar cada vez mais trabalhadores despossuídos de meios de produção, ampliando o seu poder econômico, que passa a ter também uma dimensão política, na exata medida que conflui o seu interesse de classe e passam a defender uma ideologia liberal e, a partir da sua força política e ideológica, a pressionar os Estados monárquicos a defenderem seus interesses de classe, culminando com as revoluções burguesas liberais, como foi a revolução francesa de 1789.

A luz dessa referência estruturante, não se trata aqui de repetir o mesmo percurso histórico, mas tão somente compreender, à luz de relevantes fatos históricos, a crucial conexão entre a política e elementos econômico-materiais.

Sem embargo, é na conexão entre política e a produção que situamos aqui o projeto de autogestão global, que talvez demande um ponto de inflexão concreto que materialize uma realidade - ainda que restrita a um espaço determinado - de autogestão societal. Porém, tanto o primeiro movimento (instituição inicial) como o segundo (sustentação, incorporação e expansão) – que mais do que ações na esfera da economia são intervenções na estrutura material das relações sociais – são movidos pelo campo da política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido a uma série de fatos, discutidos ao longo do presente trabalho, a forma difusa e fragmentada dos experimentos organizacionais de autogestão, tanto na chamada economia solidária, como no movimento cooperativista em geral, acaba por implicar num tipo de divergência política, na qual o único elemento ou denominador comum entre essas várias iniciativas se limita ao discurso genérico do combate aos efeitos do sistema capitalista (ou mesmo à mitigação destes) em uma lógica coletiva referendada na ideia de autogestão.

É nesse exato sentido que concluímos as ponderações desse ensaio teórico nos seguintes termos: se um projeto de autogestão global requer uma integração patrimonial, material e econômica do trabalho associado, na forma de um sistema orgânico (enquanto mediação ontológica e estrutural fundamental); este novo sistema sociometabólico necessita, tanto para sua criação, como para sua posterior sustentação e expansão, uma convergência política – do máximo do possível de todos os atuais atores sociais da economia solidária e de outros movimentos emancipatórios – que venha a possibilitar os meios práticos para uma transformação estrutural para além da alienação do trabalho.

BENINI, Édi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo; NEMIROVSKY, Gabriel Gualhanone. Political convergence for assemble of global self-management. *ORG & DEMO* (Marília), v. 14, n.1, p. 71-90, Jan./Jun., 2013.

ABSTRACT: The proposal of this article is to discuss the concrete possibilities for global self-management as well as pointing out its constitutive and ontological features towards the marxian theory of alienation and the critical theory of organization. Therefore, self-management is assumed here as a reassurance for social emancipation and a denial of social alienation. However, taking into consideration the self-management experiences of associative labour one can observe that they might well be declared more as a resistance and adaptation to the capital accumulation agenda than a dialectical overcome of the capital metabolic system. In fact, empirical evaluations pointed to an ontological insufficiency wich constraints the possibility for these experiences to widen their scope reaching a global abrangency. Regarding to this, our perspective assumes that the overcome for this ontological insufficiency is linked to the material and economic integration between these self-management attempts leading to a political convergence effective enough to develop another form of social exchange.

KEYWORDS: alienation; associated labour; self-management.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. A era da informação e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ARRUDA, M. O “feminino criador”: socioeconomia solidária e educação. In: ARRUDA, M.; BOFF, L. (Org.). **Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BENINI, E. A. **Políticas públicas e relações de trabalho** – estudo sobre o processo e natureza da denominada “Economia Solidária”, enquanto política pública, a partir da investigação de alguns casos concretos. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração). Escola de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP-FGV, São Paulo.
- BENINI, E. A., BENINI, E. G. Reforma agrária no contexto da economia solidária. **Revista Nera**. Presidente Prudente, ano 11, n. 13, p. 6-15, jul./dez, 2008.
- BENINI, E. G. **Economia solidária em questão**: estudo sobre as possibilidades e limites de inserção e emancipação social no capitalismo, a partir de um estudo multicasos. 2008. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, Campo Grande, 2008.
- BENINI, E. A., BENINI, E. G. As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. **Revista Organização e Sociedade**. Salvador, v.17, n. 55, p. 605-619, 2010.
- BENINI, E. A.; NEMIROVSKY, G.; BENINI, E. G. A práxis do trabalho associado: da economia solidária para a perspectiva da solidariedade orgânica e autogestão societal. **Org&Demo**. Marília, v. 13, n. 2, p. 9-20, jul./dez., 2012.
- BENINI, E. A. **Sistema orgânico do trabalho**: arquitetura crítica e possibilidades. São Paulo: Ícone, 2012.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- COLE, G. **A century of co-operation**. Manchester: Co-operative Union Ltd. 1944.
- DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. A economia solidária e desafio da democratização das relações de trabalho no Brasil. In: DAL RI, N. M. (Org.) **A economia solidária e o desafio da democratização das relações de trabalho**. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

- DEL ROIO, M. Marx e a Comuna de Paris. **Revista Espaço Acadêmico**. Maringá, v. 10, n. 118, mar., 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12509/6698> . Acesso em: 14 abr. 2011.
- ENGELS, F. Introdução. In: MARX, K. **A guerra civil na França**. Versão para eBook eBooklibris. 1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/guerracivil.html>>. Acesso em: 20 out. 2012.
- FONTANA, R. Comuna de Paris – 130 anos. **Revista Espaço Acadêmico**. Maio de 2001. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/000/0fontana.htm>>. Acesso em: 31 mai. 2007.
- FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- GAIGER, L. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**. Salvador, v. 16, n. 39, p. 181-211, 2003.
- GUILLERM, A.; BOURDET, Y. **Autogestão**: mudança radical. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, I. **Estrutura social e formas de consciência** – a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MORAES, J. Self-management as tool to organize counter-hegemony. **Revista Organização e Sociedade**. Salvador, v.17, n. 55, p. 585-604, 2010.
- NASCIMENTO, C. **Do “Beco dos Sapos” aos canais de Catende**. Disponível em: http://www.mte.gov.br/Ecosolidaria/prog_becosapos.pdf. Acesso em: 14 nov. 2011.
- NOVAES, H. T. De tsunamis a marola: uma breve história das fábricas recuperadas na América Latina. **Revista Lutas & Resistências**. Londrina, n. 2, p. 84-97, 2007.
- NOVAES, H. T. **O retorno do caracol à sua concha**: alienação e desalienação em associações de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- RAZETO MIGLIARO, L. **Las donaciones y la economía de solidaridad**. Santiago: Ediciones PET, 1985.
- SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. e SOUZA, A. (Org.) **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.
- SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

Encaminhado em: 23/05/2013

Aprovado em: 28/06/2013